



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/10/2016

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	1
1.2. AÇÕES CORREGEDORIA.....	2
1.3. AÇÕES TJMA.....	3
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. COMARCAS.....	4
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. CONVÊNIOS.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	6
4.2. EVENTOS.....	7
4.3. JUÍZES.....	8
4.4. PLANTÃO NO TJMA.....	9

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br
Interina Jacqueline Heluy



Magistratura (1)

Cerca de 14 mil magistrados filiados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) estão em campanha acirrada para eleger o novo presidente da entidade para o triênio 2017 a 2019. Três chapas concorrem ao pleito e uma delas tem como candidato a presidente o juiz maranhense Gervásio Santos, que exerceu quatro vezes a Presidência da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Magistratura (2)

Os outros dois candidatos são os juízes Jayme de Oliveira (SP) e Michel Cury (MG). A disputa está acirrada e as apostas estão em alta para saber quem será o vencedor. A votação, que acontece por carta e também pela internet, se encerrará dia 11 de novembro.

Certificado para Servidores 1

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), representada pelo juiz auxiliar José Américo Abreu Costa, certificou os servidores da 3ª Vara Cível, que participaram, na segunda-feira (10), do curso “Desenvolvimento de Equipes”, realizado na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). A atitude é uma iniciativa da corregedora Anildes Cruz, que ao designar a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) determinou a implementação de um cronograma de atividades motivacionais nas unidades judiciais atendidas pela CSI.



Certificado para Servidores 2

O treinamento dos servidores é realizado em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e é voltado à organização do ambiente de trabalho, aspectos interpessoais e gestão de competências. O psicólogo Eliandro Araújo, do TJMA, ministrou a palestra e desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores, abordando temáticas relacionadas às atividades diárias. O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atuam a Comissão Sentenciante.

Apoio às vítimas I

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão, instala, na terça-feira (18), o Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), na região metropolitana de São Luís. O equipamento social prestará serviço de orientação e apoio às vítimas e seus familiares de crimes como furto, roubo, homicídio, latrocínio, lesão corporal, estupro, extorsão, sequestro, maus-tratos e outros.

Apoio às vítimas II

A solenidade de instalação do CEAV será realizada, às 13h, no Fórum Desembargador Sarney Costa (na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau), no auditório Desembargador Joaquim Filgueiras. Estarão presentes representantes de segmentos dos movimentos sociais, sociedade civil e representantes do Governo do Estado.

Judiciário desbloqueia valor para manter serviços da saúde no município

Bom Jardim - O Poder Judiciário em Bom Jardim desbloqueou a quantia de R\$ 261.507,39 (duzentos e sessenta e um mil quinhentos e sete reais e trinta e nove centavos), para adimplemento de despesas pertinentes a serviços básicos da saúde. O pedido foi formulado pela Fazenda Pública do Município de Bom Jardim, nos autos da ação civil pública, proposta pelo Ministério Público Estadual. A decisão foi proferida nesta sexta-feira (14).

Em síntese, informa que foi realizado bloqueio on-line das contas de titularidade do município, no importe de R\$ 14.501.497,80 (quatorze milhões quinhentos e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), e que diante dos saldos existentes, só foi bloqueado a quantia de R\$ 22.975,87 (vinte e dois mil novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos). O Ministério Público foi parcialmente favorável ao pedido do Município.

Na decisão, o juiz titular Raphael Leite Guedes destaca: "Inicialmente, encontra-se impossibilidade plena de atendimento do pedido formulado nos termos da petição municipal, pois não existe o saldo solicitado nas contas do ente público, conforme muito bem constou em seu pedido, o montante encontrado no bloqueio on-line foi o de R\$ 22.975,87 (vinte e dois mil novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), assim, é impossível que haja liberação de valores dez vezes superiores aos encontrados".

E prossegue: "Contudo, conforme demonstrado pelo Município e pelo Ministério Público, os serviços relativos a saúde, prestados pelo Município de Bom Jardim, são de natureza essencial, e não há interesse público em sua interrupção, o que de certo é fundamento suficiente a disponibilização de meio suficientes a gestão e manutenção dos recursos a fim de garantir a continuidade destes. Assim, entendo que com o objetivo de garantir a regularidade dos serviços da saúde, bem como o pagamento do funcionalismo relacionado à área, devem ser disponibilizados aos gestores municipais o acesso aos recursos pertinentes a pasta, desde que, atendidas as cautelas mínimas de transparência e publicidade dos atos praticados.

Entenda o caso - No dia 3 deste mês, uma decisão proferida juiz Raphael Leite Guedes determinou o bloqueio de todas as contas da titularidade do Município de Bom Jardim, mantidas na agência do Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, e nos demais bancos que porventura o município tenha contas.

A decisão bloqueou, ainda, pelo sistema BACENJUD o montante de R\$ 14.551.497,80 (catorze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), a fim de resguardar o direito do funcionalismo público municipal de receber os valores relativos aos salários atrasados. A ação foi movida baseada em atos de improbidade administrativa, praticados pela prefeita Malrinete Matos, sob alegação

que há servidores que não recebem salário há cinco meses.

Sobre o pedido da Fazenda Pública de Bom Jardim, conclui a decisão: "Ante a urgência necessária à gestão de bem tão precioso como a vida, objetivo direto dos serviços de saúde, e com fulcro no art. 298 do Código de Processo Civil, pode o juiz, desde que devidamente fundamentado, modificar a tutela provisória anteriormente conferida, para determinar: Desbloqueio das contas pertinentes ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CONTAS 17599 FMS-BOM JARDIM-FNS BLAFB, 19403 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 19553 FMS-BOM JAR-FNS BLINV, 19557 FMS-BOM JAR-FNS BLINV e 19558 FMS-BOM JARFNS BLINV), autorizando a gestão municipal a utilização dos recursos (única e exclusivamente) para manutenção e regularização das atividades pertinentes à Saúde da População de Bom Jardim, incluindo pagamento de fornecedores e funcionários. (*Michael Mesquita - Asscom CGJ*)

Governo instala Centro Estadual de Apoio às vítimas na Região Metropolitana de São Luís

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), instala, na terça-feira (18), o Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), na Região Metropolitana de São Luís. **Página 6**

Governo instala Centro Estadual de Apoio às vítimas na Região Metropolitana de São Luís

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), instala, na terça-feira (18), o Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), na Região Metropolitana de São Luís. O equipamento social prestará serviço de orientação e apoio às vítimas e seus familiares de crimes como furto, roubo, homicídio, latrocínio, lesão corporal, estupro, extorsão, sequestro, maus tratos e outros.

A solenidade de instalação do CEAV será realizada, às 13h, no Fórum Desembargador Sarney Costa (na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau), no auditório Desembargador Joaquim Filgueiras. Estarão presentes representantes de segmentos dos movimentos sociais, sociedade civil e representantes do Governo do Estado.

O CEAV atenderá, de forma gratuita, vítimas de crimes que precisam de apoio social, psicológico e jurídico. "Elas serão orientadas e encaminhadas à rede de serviços específicos, conforme a sua necessidade. Assim, poderá enfrentar as consequências do sofrimento vivenciado e buscar a reparação da violência sofrida", explicou o secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves.

Segundo o secretário adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, a proposta de criação do CEAV é atender às vítimas da violência urbana da Região Metropolitana de São Luís, reforçando o protagonismo do cidadão e a divulgação dos seus direitos. "O CEAV tem como intuito garantir que os direitos humanos se estendam a todas as pessoas, independentemente de sua condição social", disse.

O CEAV, uma das estratégias da Sedihpop na ação do Pacto pela Paz, terá atuação articulada por meio de parcerias entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado, Delegacias de Polícias, Universidade Federal e Estadual do Maranhão e secretarias estaduais e municipais, além do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), entre outras entidades.

Além do atendimento às vítimas da violência urbana, o CEAV monitorará os índices de violências e auxiliará na construção de redes de atendimento para novos segmentos sociais, como por exemplo, a população jovem das periferias. "A partir dessa nova rede, as parcerias serão estabelecidas com os encaminhamentos necessários para a articulação e construção dessa

rede de proteção aos direitos humanos", pontuou o secretário adjunto.

Serviços oferecidos

No CEAV, o público será atendido por uma equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo e advogado que identificarão as situações de urgência, definirão o tipo de assistência e orientarão sobre as providências imediatas e medidas legais cabíveis, incluindo o acompanhamento do processo. Nos casos envolvendo mulheres, crianças e adolescentes, as ocorrências serão encaminhadas para as coordenadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O serviço será realizado na sala do térreo (Ala 1) do Fórum Desembargador Sarney Costa, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Os telefones para informação são (98) 3194-5826 e (98) 9-9200-1442 ou pelo email ceav.sedihpop@gmail.com.

Centro Estadual de Apoio às vítimas será instalado na Região Metropolitana de São Luís

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), instala, na terça-feira (18), o Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), na Região Metropolitana de São Luís. O equipamento social prestará serviço de orientação e apoio às vítimas e seus familiares de crimes como furto, roubo, homicídio, latrocínio, lesão corporal, estupro, extorsão, sequestro, maus tratos e outros. A solenidade de instalação do CEAV será realizada, às 13h, no Fórum Desembargador Sarney Costa (na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n – Calhau), no auditório Desembargador Joaquim Filgueiras. Estarão presentes representantes de segmentos dos movimentos sociais, sociedade civil e representantes do Governo do Estado.

O CEAV atenderá, de forma gratuita, vítimas de crimes que precisam de apoio social, psicológico e jurídico, conforme explicou o secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves.

Segundo o secretário adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, a proposta de criação do CEAV é atender às vítimas da violência urbana da Região Metropolitana de São Luís, reforçando o protagonismo do cidadão e a divulgação dos seus direitos.

SERVIÇOS OFERECIDOS

No CEAV, o público será atendido por uma equipe multiprofissional composta por assistente social, psicólogo e advogado que identificarão as situações de urgência, definirão o tipo de assistência e orientarão sobre as providências imediatas e medidas legais cabíveis, incluindo o acompanhamento do processo. Nos casos envolvendo mulheres, crianças e adolescentes, as ocorrências serão encaminhadas para as coordenadorias do Tribunal de Justiça do Maranhão. O serviço será realizado na sala do térreo (Ala 1) do Fórum Desembargador Sarney Costa, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Os telefones para informação são (98) 3194-5826 e (98) 9-9200-1442 ou pelo email ceav.sedihpop@gmail.com.

Informe JP

Miudinhas

- Com o objetivo de construir um programa para atendimento de pacientes com transtornos mentais em conflito com a Lei, o Judiciário promove o I Workshop de Saúde Mental, nos dias 18 e 19 de outubro, no auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Fornecimento de combustível a pacientes de hemodiálise deve ser mantido em Bom Jardim

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Bom Jardim, a Justiça deferiu liminar contra o Município de Bom Jardim e a empresa Auto Posto Varão para que regularizem o contrato de fornecimento de combustível que abastece veículos da Prefeitura, sobretudo os destinados aos pacientes que realizam tratamento de hemodiálise em Bacabal e São Luís. A decisão foi adotada no dia 11, mesmo dia em que a Ação Civil Pública de obrigação de fazer, com pedido de tutela provisória de urgência, foi ajuizada pelo promotor de justiça

de Bom Jardim, Fábio Santos de Oliveira. O juiz titular da comarca, Raphael Leite Guedes, determinou que, em caso de descumprimento, a prefeita Malrinete Gralhada seja responsabilizada por ato de improbidade e pague multa de R\$ 5 mil. Quanto ao Posto Varão a penalidade prevista, caso não forneça o combustível solicitado pela administração municipal, é de responsabilização penal por crime de desobediência e multa diária no valor de R\$ 10 mil.

Com a ação, o Ministério Público buscava obrigar o município a manter a prestação

dos serviços públicos e o estabelecimento comercial a continuar fornecendo combustível de forma suficiente para atender as demandas rotineiras da administração, principalmente as de pacientes que fazem tratamento com hemodiálise fora da cidade.

DENÚNCIAS

Segundo o promotor Fábio Santos de Oliveira, a manifestação foi motivada devido a denúncias de que o município e o Auto Posto Varão deixaram de fornecer combustível para os veículos da prefeitura, o que tem impedido alguns pacientes de realizarem hemodiálise nas cidades mencionadas.

Conforme o membro do Ministério Público, as pessoas prejudicadas foram à Promotoria para relatar o problema, revelando, inclusive, o temor de que venham a morrer, devido à ausência do tratamento, já que precisam se deslocar do município três vezes por semana.

Informe JP

Miudinhas

- O plantão judicial do TJMA, hoje (15) e amanhã (16), tem como titular, na segunda instância (TRT da 16ª Região/TRT-MA), a desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo. No Foro Astolfo Serra (FAS), sede das Varas Trabalhistas da capital (primeira instância), responderá pelo plantão o juiz substituto da 5ª Vara do Trabalho de São Luís Paulo Fernando da Silva Santos Júnior, também no sábado e no domingo.